



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE MEDICINA

**Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde
Mestrado Profissional em Ensino na Saúde**

RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA

Enfermeira MsC. Fernanda Lima e Silva¹

Prof^a. Dr^a. Cleusa Alves Martins²

Prof^a. Dr^a. Karine Anusca Martins³

Exmo. Sr. Secretário Municipal de Saúde – Fernando Machado de Araújo

Este Relatório destina-se à apresentação dos dados da Dissertação intitulada: "EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NA ASSISTÊNCIA OBSTÉTRICA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA REDE CEGONHA".

O objetivo deste estudo foi analisar a Educação Permanente em Saúde na assistência obstétrica para implementação da Rede Cegonha, realizado em duas maternidades públicas de Goiânia: Maternidade Nascer Cidadão (MNC) e Hospital e Maternidade Dona Íris (HMDI), identificados nas figuras a seguir como Instituição 1 e 2, respectivamente. Os participantes foram os enfermeiros coordenadores e assistenciais dessas unidades. Os dados foram coletados no período de setembro a novembro de 2015, por meio de roteiro semi-estruturado que abordou desde informações relativas ao conhecimento dos enfermeiros sobre a Educação Permanente em Saúde (EPS) até as dificuldades enfrentadas para implementação da Rede Cegonha (RC).

¹ Mestre em Ensino na Saúde, Docente do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás, Enfermeira Auditora SMS Goiânia - lotação: Gerência de Auditoria e Vistoria.

² Orientadora da pesquisa. Enfermeira Obstetra, Professora Doutora Associada da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás e Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional Ensino na Saúde - MEPES/UFG. Membro de Núcleo de Pesquisa Grupo de Estudos em Saúde da Mulher, Adolescente (GESMAC).

³ Co-orientadora da pesquisa. Nutricionista, Professora Doutora Adjunto III da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação Mestrado em Nutrição e Saúde e Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional Ensino na Saúde - MEPES/UFG



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE MEDICINA

**Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde
Mestrado Profissional em Ensino na Saúde**

Os dados serão apresentados de acordo com as temáticas emergidas e apresentados em tópicos.

ESCASSEZ OU AUSÊNCIA DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE (EPS)

Alguns entrevistados mencionaram que não há **nenhuma atividade de EPS** no serviço e outros ainda citaram como sendo insuficientes e escassas as estratégias existentes. Embora exista a preconização de formação de recursos humanos na área da saúde, os relatos mostraram que **as atividades são esporádicas e insuficientes**, o que gera apreensão nos profissionais que entendem a necessidade de conhecimentos para melhoria da assistência às usuárias.

Desse modo, com atividades de EPS raras ou esporádicas é inconcebível almejar processo de mudança do cenário de trabalho.

FATORES QUE INTERFEREM NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

- ✓ **Carência de recursos humanos:** o principal obstáculo mencionado para realização de ações de EPS, enfatizando o número reduzido de profissionais, o que contribui para o afastamento das atividades de EPS. Ainda fizeram referência à necessidade de um coordenador responsável por essa esfera nas unidades. É preciso investimento em recursos humanos para redução da sobrecarga de trabalho e satisfação desses profissionais.
- ✓ **Alta rotatividade de profissionais de enfermagem:** os participantes do Hospital e Maternidade Dona Íris foram mais expressivos neste item, pelo fato de serem, em sua maioria, profissionais celetistas (contratados pela Fundação de Apoio ao Hospital das Clínicas - FUNDAH), o que contribui para essa rotatividade de enfermeiros. Este caráter provisório de permanência do enfermeiro prejudica a adesão



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE MEDICINA

**Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde
Mestrado Profissional em Ensino na Saúde**

às ações de EPS.

✓ **Contratempos com a gestão:** os profissionais mencionaram dificuldades de liberação, por parte da direção, para participar de atividades de EPS. Referiram a falta de apoio para esta prática como: favorecimento de espaços propícios e entendimento da importância dessas ações. Referiram que alguns profissionais abandonaram a pós-graduação em obstetria por não serem dispensados para as aulas. Assim, teriam que repor as horas, sendo que essa especialização tem repercussão na qualidade da assistência prestada por esses enfermeiros. Esse aspecto tem gerado insatisfação e desmotivação dos enfermeiros para envolver-se nas atividades propostas. Os depoimentos revelaram que é preciso envolvimento da gestão com as propostas de EPS dos cenários de prática e criarem condições favoráveis à operacionalização das ações educativas, a fim de propiciar melhoria na assistência às usuárias.

✓ **Remuneração:** dos 25 participantes da pesquisa, 11 (44%) são enfermeiros obstetras. Na MNC todos os enfermeiros entrevistados eram servidores públicos e regidos pelo Estatuto do Servidor da Prefeitura de Goiânia. No HMDI o quadro de enfermeiros é formado por profissionais celetistas e, embora sejam especialistas na área obstétrica percebem o mesmo salário dos enfermeiros com outra especialização, que não prestam assistência ao parto.

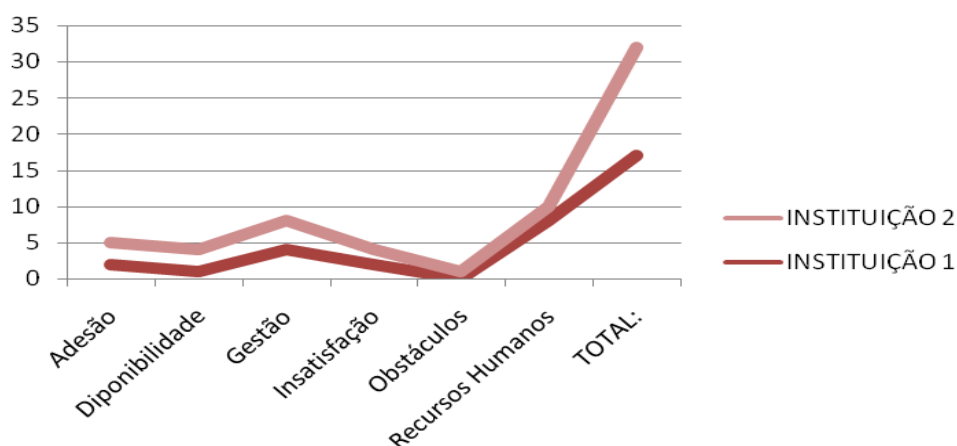


Figura 1. Fatores que interferem na Educação Permanente em Saúde, Goiânia-GO, 2015.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE MEDICINA

Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde
Mestrado Profissional em Ensino na Saúde

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA REDE CEGONHA (RC)

- ✓ **Falta de humanização - direitos da mulher:** identificou-se por meio dos relatos que a assistência nem sempre é direcionada para uma assistência humanizada, sendo que a parturiente desconhece seus direitos quanto à presença do acompanhante na hora do parto.
- ✓ **Falta de humanização - sensibilização dos profissionais:** foi referido que alguns profissionais ainda apresentam resistência quanto a aspectos preconizados pela RC, em relação às práticas de humanização do parto dificultando a presença do acompanhante no nascimento.
- ✓ **Política Humanização ao Parto e Nascimento:** Ministério da Saúde determina, por meio das Portarias nº 2.815, de 29/05/1998 e a nº 163 de 22/09/1998 a atuação do enfermeiro obstetra na assistência ao parto, incluindo o Grupo de Procedimentos Parto Normal sem Distócia realizado por Enfermeiro Obstetra nos Sistemas de Informação do SUS, possibilitando ao mesmo a emissão de laudo de internação e a inclusão deste profissional na tabela de pagamento do SUS.

O Conselho Federal de Medicina determinou recentemente, por meio da Resolução CFM nº 2.144/2016, que é direito da gestante, nas situações eletivas, optar pela realização de cesariana, garantida por sua autonomia. No entanto, para garantir a segurança do feto, a cesariana a pedido da gestante, nas situações de risco habitual, somente poderá ser realizada a partir da 39ª semana de gestação, devendo haver o registro em prontuário.

- ✓ **Sobrecarga de trabalho:** esta queixa foi expressiva entre os participantes da MNC, que mencionaram um quantitativo insuficiente de profissionais de enfermagem, gerando sobrecarga de trabalho e dificultando a assistência à parturiente no momento do parto.
- ✓ **Falta de enfermeiros obstetras:** este foi um empecilho mencionado por depoentes da MNC, que referiram o número reduzido de enfermeiros obstetras na unidade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE MEDICINA

**Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde
Mestrado Profissional em Ensino na Saúde**

- ✓ **O médico desconhece da função do enfermeiro obstetra:** os participantes mencionaram que, nem sempre os médicos aceitam a presença do enfermeiro obstetra na assistência ao parto como Política Ministerial de assistência ao parto humanizado, gerando desgaste na relação profissional. Em especial os enfermeiros da MNC, sentiram-se discriminados pela classe médica quando assumiram suas funções como enfermeiros obstetras na maternidade. Os enfermeiros afirmaram que ações prévias de Educação Permanente em Saúde teriam amenizado essa resistência.
- ✓ **Regulação de leitos/Rede de Atenção à Saúde (RAS)/Rede Cegonha (RC):** a falta de articulação da RAS em sua plenitude, incluindo provimento de leitos em quantidade satisfatória, foi outro obstáculo mencionado. Além disso, a efetivação de um dos componentes da RC: o Sistema Logístico, que garante transporte às gestantes e vinculação ao local do parto e a outros níveis de atenção.
- ✓ **Ambiência/Estrutura Física:** este foi outro fator levantado como restritivo para implementação da RC. Referem que o número de leitos nem sempre é suficiente e que a MNC está adotando o alojamento conjunto com dois leitos, dificultando ações de humanização da assistência. Percebe-se então que o espaço físico é visto como um mecanismo facilitador da assistência e dessa forma, garante um atendimento humanizado, acolhedor e resolutivo.

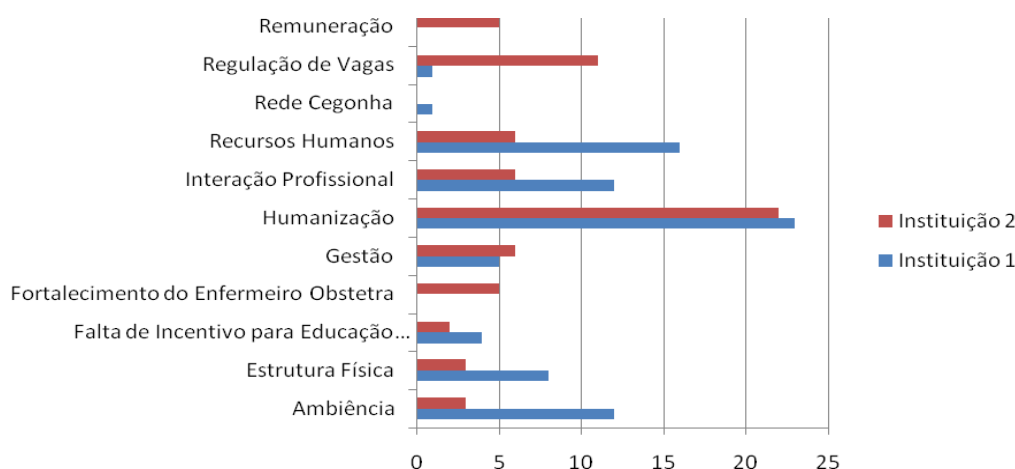


Figura 2. Aspectos dificultadores à implementação da Rede Cegonha, Goiânia-GO, 2015.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE MEDICINA

Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde
Mestrado Profissional em Ensino na Saúde

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NA IMPLEMENTAÇÃO DA REDE CEGONHA

✓ **Especializações e Residências:** mencionaram que é fundamental os cursos de especializações e residências em enfermagem obstétrica com a finalidade de aperfeiçoamento profissional, para atender às recomendações da RC. Assim, identificou-se que a pós-graduação em enfermagem obstétrica atribui competência técnico-científica que confere segurança e autonomia ao enfermeiro na assistência ao parto normal humanizado e ao recém-nascido.

✓ **Melhoria na interação multiprofissional:** a EPS proporciona mudanças de comportamento, aceitação e interação profissional com a equipe e conseqüentemente garantia ao parto humanizado.

A Figura 3 representa as contribuições da EPS, quando expressam sua influência na transformação da práxis com vistas à implementação da RC. Nela estão apresentados os fatores associados (à esquerda e à direita do gráfico) e os fatores causais (no centro), ou seja, os reflexos da EPS na assistência à mulher no período gravídico-puerperal.

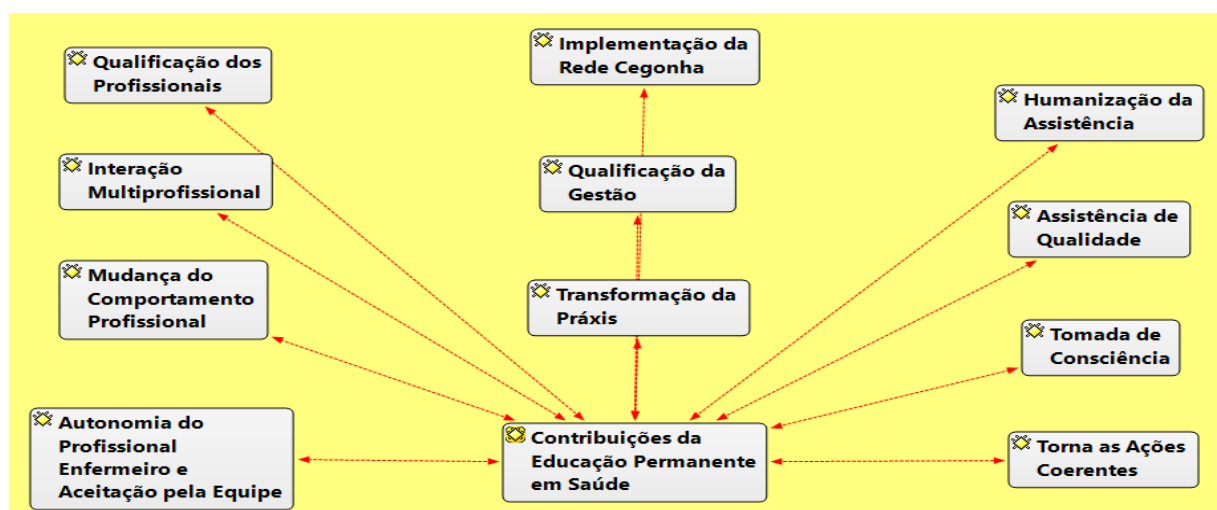


Figura 3. Rede Semântica com representações das contribuições da EPS para a implementação da RC.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE MEDICINA

**Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde
Mestrado Profissional em Ensino na Saúde**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou a importância da Educação Permanente em Saúde (EPS) na implementação da Rede Cegonha (RC) na perspectiva de enfermeiros atuantes em duas maternidades públicas de Goiânia.

Identificou-se que as atividades de EPS possuem caráter esporádico e fragmentado, o que não corresponde ao preconizado pela Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Isso revela a necessidade de efetivar as ações de EPS, portanto, são necessários investimentos em recursos humanos, para desenvolvimento da assistência de qualidade nas instituições pesquisadas.

Os gestores têm papel fundamental na efetivação dessa prática entre os profissionais, para tanto é preciso atuar com garantia de espaços favoráveis e incentivo ao envolvimento multiprofissional nas atividades de EPS da unidade, a fim de garantir cursos de especializações/residências na área obstétrica, que repercute na otimização das propostas da RC.

No entanto, a implementação da RC, exige aspectos que fogem à esfera de EPS, como o funcionamento da Rede de Atenção em Saúde de forma plena, com garantia do sistema logístico; a estrutura física/ambiência das unidades; bem como a necessidade do aumento de recursos humanos, especialmente na MNC, queixas verbalizadas pelos participantes.

Portanto, os discursos dos participantes foram unânimes em revelar que a EPS é um ponto preponderante para o empoderamento técnico-científico dos profissionais por possibilitar transformações na abordagem assistencial às parturientes, com garantia de implementação da Rede Cegonha.